

10-04-2014

Ordem dos Engenheiros defende cartas de risco de incêndios

O bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos, defendeu hoje a necessidade de uma carta de risco de incêndio para diminuir os fogos no país, que entre 2002 e 2013 mataram 97 pessoas.

Em declarações à agência Lusa, o responsável defendeu que a prevenção deve ser a "base da atuação de gestão e defesa da floresta", pelo que deve haver uma "adequação do conhecimento" a cada parte do país, nomeadamente através da criação de cartas de risco.

Desses documentos devem constar informações acerca de meteorologia, tipos de árvores utilizados e a ocupação do território.

O bastonário lembrou o investimento médio anual de gestão do fogo de 18,3 euros por hectare de espaço florestal existente, em 2013, referindo que a relação entre o custo no combate e na prevenção é de 2,2 para um.

"Isto é, gastou-se mais do dobro no combate do que na prevenção. A nossa lógica é a inversa: é a prevenção que deve ser a base de toda a gestão e defesa da floresta", argumentou.

"A prevenção faz-se com a aplicação do conhecimento, com a adequação desse mesmo conhecimento às situações concretas que se vivem em cada parte do país", acrescentou.

Carlos Matias Ramos lembrou haver cartografia disponível para avançar com cartas de risco, ou seja, incluindo o conhecimento da ocupação pela floresta e a predominância do vento.

O bastonário lamentou, ainda, a "desvalorização" da engenharia florestal, ao indicar que surgiram inicialmente no último ano letivo apenas sete candidatos para o curso por "não se acreditar que esta é uma área prioritária para o país".

O contributo da engenharia para a defesa da floresta contra incêndios vai ser tema de uma conferência na sexta-feira, em Lisboa, organizada pelo Colégio de Engenharia Florestal da OE.

Em 2013 arderam cerca de 14.0000 hectares em espaço silvestre, como resultado de 18.869 ocorrências de incêndios.

Os povoamentos florestais foram afetados em 52.000 hectares, o que corresponde a cerca de 1,7% da área de floresta nacional. Este valor é ainda superior à meta de 0,8% que foi definida para 2018, pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.